

A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM ESCOLAS ESTADUAIS INCLUSIVAS DE QUIRINÓPOLIS- GOIAS

Márcia Cristina Silva¹

Lorena Cristina Dias Macedo²

Michel Henrique Queiroz Magalhães³

RESUMO

A idéia de desenvolver essa monografia iniciou devido à convivência com um portador de deficiência auditiva na família observando o avanço que essa criança obteve após ser inserida em uma escola de ensino regular. Outro motivo que nos levou a pesquisar foi que observamos em nosso estágio pouquíssimos alunos inseridos no ensino regular com deficiência auditiva, o que nos remeteu a pergunta: Estariam os alunos com deficiência auditiva realmente sendo incluídos nas aulas de educação física escolar? Desta maneira com este estudo analisamos se os alunos com deficiência auditiva estão inseridos nas aulas de Educação Física Escolar nas Escolas Estaduais de Ensino Fundamental em Quirinópolis, bem como procuramos investigar qual a metodologia utilizada pelos professores destes alunos com deficiência auditiva para então entender se os mesmos estão sendo incluídos nessas aulas. A primeira parte do trabalho é de cunho teórico, no qual fizemos uma revisão bibliográfica sobre o assunto através de livros, revistas, documentos e periódicos da área. Posteriormente uma pesquisa de campo através de entrevista semi-estruturada através de questionários aos professores de Educação Física das Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e aos alunos com deficiência auditiva com auxílio da professora auxiliar. Em seguida utilizando dos dados obtidos na primeira e segunda parte do trabalho pudemos concluir que a inclusão desde alunos esta ocorrendo porém com algumas dificuldades principalmente no que se refere a preparação do professor de educação física para trabalhar com esse grupo de pessoas.

Palavras Chaves: Deficiência Auditiva, Educação Física Escolar

Introdução

Nós escolhemos este trabalho inicialmente por ter a convivência com uma criança que possui deficiência auditiva na família, e teve uma serie de melhoras cognitivas após ter iniciado sua vida estudantil no ensino regular. Resolvemos então pesquisar sobre o assunto para entender se as crianças com Deficiência Auditiva estão sendo inseridas nas aulas de Educação Física Escolar nas escolas inclusivas de Quirinópolis.

Sabemos que o acesso à educação de alunos com deficiências ou outras necessidades especiais iniciou - se em escolas especializadas para esses alunos com profissionais, salas, recursos especializados. Porém hoje podemos notar que devido às políticas públicas educacionais, muitos desses alunos estão no ensino regular.

¹ Mestranda em História Cultura e Poder (PUC-GO), Especialista em Treinamento Desportivo, Graduada em Educação Física – UFG. Professora efetiva de Estágio Supervisionado I e II UEG – UnQuirinópolis.

² Graduada em Educação Física Escolar UEG – UnQuirinópolis.

³ Graduado em Educação Física UEG – UnQuirinópolis.

Muitas leis foram incorporadas na legislação brasileira que amparam e protegem essas crianças entre elas podemos destacar a lei nº. 8069/90 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – de 13 julho de 1990 onde a mesma estabelece no art. 5º:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Embasados nesta lei e entre outras como a Declaração de Salamanca onde foi definido um novo termo para as “necessidades educativas especiais” por necessidades educacionais especiais. Onde o termo engloba todas as crianças consideradas diferentes na escola sejam elas por classe social, elevado índice de aprendizagem ou dificuldade de aprendizagem e também as crianças com necessidades vinculadas a deficiências físicas. Neste estudo nos pautaremos nas crianças com deficiências físicas em específico às crianças como deficiência auditiva.

Desta maneira temos como o interesse analisar se as crianças com deficiência auditiva estão sendo incluídas nas aulas de Educação Física Escolar. Utilizaremos como uma das fontes à autora Soares (1999), onde a mesma ressalta que a educação de surdos definiu como seu principal objetivo a capacitação do aluno para adquirir um código lingüístico e fornecer certa instrumentalização para o trabalho, que a surdez ou o surdo-mudez não se constitui em fator de impedimento para a aquisição do conhecimento escolar e que o currículo pode ser o mesmo utilizado na educação comum, exigindo somente adaptações.

Pretendemos nos embasar em autores que já mencionaram as probabilidades de crianças com essas deficiências, terem a possibilidade de viverem com dignidade e igualdade nas escolas, e ainda buscar de que forma a Educação Física Escolar esta contribuindo para esta conquista.

Alguns autores como Salles (2004), recomendam que a educação dos surdos seja efetivada em língua de sinais, independentemente dos espaços em que o processo se desenvolva. Assim, paralelamente às disciplinas curriculares, faz-se a utilização de materiais e métodos específicos no atendimento às necessidades educacionais buscando incentivar o surdo.

De acordo com Goldfeld (2002), os educadores, atualmente, criaram diferentes metodologias para ensinar os surdos. Alguns se baseavam apenas na língua oral, e outros pesquisaram e defenderam a língua de sinais, criada através de gerações pelas comunidades de surdos.

Assim podemos perceber que a língua de sinais é essencial para a ajuda na aprendizagem do portador de deficiência auditiva. Tudo depende de que exigências fazemos da educação da criança surda e quais objetivos que esta educação persegue. Se só exigimos o domínio exterior da linguagem e a adaptação elementar para uma vida independente, então o problema da educação da linguagem se soluciona com relativa facilidade e prosperidade. Se exigimos a ampliação sem limite, como se ampliam em nosso caso, se o objetivo é a aproximação máxima da criança surda, integral em todos os aspectos e que só apresenta como diferença com a criança normal a deficiência auditiva, se nosso objetivo for à aproximação máxima da escola de surdos com a escola de crianças normais, então percebemos uma divergência tremenda entre o desenvolvimento global da criança surda e o desenvolvimento de sua linguagem. (Vygotsky apud Goldfeld, 2002 p. 100)

Sabemos também que nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno com deficiência auditiva e por vários motivos, entre eles, porque os professores não se sentem preparados para atender adequadamente as necessidades daqueles alunos e os escolares que não têm deficiência não foram preparados sobre como aceitar ou brincar com os colegas com deficiência.

As instituições escola, como parte integrante da sociedade, têm medo do aluno diferenciado (...) O professor despreparado para trabalhar com as características da chamada anormalidade se sente impotente diante do que foge ao estabelecido. A formação do professor não o prepara para a diversidade, não lhe oferece possibilidades técnicas de fugir do trabalho coletivo; ao mesmo tempo, os que o cercam lhe cobram resultados. (Omote, 2004 p.93)

Buscaremos analisar de que forma o profissional de Educação Física poderá contribuir para minimizar esse medo do aluno diferenciado e principalmente o que tem sido feito para que o mesmo não seja excluído das aulas e principalmente as aulas de Educação Física Escolar.

Por tudo isso as questões norteadoras deste estudo são:

- Os alunos com deficiência auditiva estão sendo incluídos nas aulas de Educação Física Escolar nas Escolas Estaduais Inclusivas de Quirinópolis?

Os objetivos utilizados em nossa pesquisa foram:

- Analisar se alunos com deficiência auditiva estão sendo incluídos nas aulas de Educação Física Escolar nas Escolas Estaduais Inclusivas de Quirinópolis.
- Buscar documentos e leis que amparam as crianças deficientes auditivas e asseguram sua matrícula e permanência em escolas regulares.
- Observar nas aulas de educação física escolar qual o método utilizados pelos professores para que os alunos portadores de deficiência auditiva sejam incluídos.

Nesta pesquisa científica utilizamos a pesquisa bibliográfica e estudo de campo, de acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida com material já elaborado por outros autores constituídos por livros, publicações periódicos e impressos diversos, utilizaremos esta pesquisa para identificarmos as teorias existentes com relação ao estudo dos deficientes auditivos e sua inclusão na escola e principalmente nas aulas de educação física.

O estudo de campo de acordo com Gil (2002 p. 53)

Estuda um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. Desta forma, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação e interrogação.

Posteriormente fizemos a coleta de dados onde observamos três escolas da rede estadual da cidade de Quirinópolis, onde constatamos a presença de quatro alunos com deficiência auditiva, as quais analisamos se os alunos estão sendo inseridos nas aulas de Educação Física escolar e também tentamos identificar o método pedagógico dos professores de Educação Física nas escolas acima citadas. Após fizemos uma entrevista semi-estruturada com professores e alunos com deficiência auditiva com a intenção de analisar e fazer uma relação entre o que já foi estudado e analisado na teoria e o resultado que tivemos nas observações e na entrevista para então concluirmos nossa pesquisa buscando responder nossas perguntas iniciais e chegarmos aos objetivos propostos.

A educação nas escolas especiais

Aqui iremos comentar sobre a educação nas escolas especiais no Brasil que nos dará um embasamento teórico para entendermos como foi seu início e como vem ocorrendo nos dias atuais.

De acordo com Mendes (2006) A Educação Especial na política educacional brasileira, desde o final da década de cinquenta deste século, até o momento, tem sido vista como uma parte indesejável e, muitas vezes, atribuída como assistência aos deficientes e não como educação de alunos que apresentam deficiência.

Segundo Rodrigues (2006 p. 86) a educação especial brasileira concentrou-se, até os anos 1960, em iniciativas mais localizadas e, no âmbito escolar, bastante restrita às instituições especializadas, públicas ou, principalmente, privadas.

Rodrigues (2006 p. 87) afirma que a partir de 1960 e no início de 1970 as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a defesa e amparo dos discursos da normalização e da constituição onde a educação especial foi constatada como área prioritária nos planos setoriais de educação, ao qual a Emenda Constitucional de 1978 e a Lei nº 5.692/71 foi dada pela edição das normas e planos políticos de âmbito nacional, nela entra as definições do conselho federal da educação sobre a educação escolar dos especiais, as resoluções dos conselhos estaduais da educação, sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial no sistema de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar.

Em se tratando de Educação Especial, Mazzotta (2003, p. 11), a define como:

A modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, complementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e jovens. Tais educandos, também denominados de "excepcionais", são justamente aqueles que hoje têm sido chamados de "alunos com necessidades educacionais especiais".

Desta maneira pode se dizer que as escolas especiais tem um papel importante na formação das crianças com necessidades especiais principalmente por ter serviços especializados e organizados para apoiar essas crianças.

Educação inclusiva nas escolas regulares

De acordo com a Legislação do Ensino Especial Depois da Constituição de 1988, o Brasil demonstrou traços de uma política educacional inclusiva já na promulgação da Constituição Federal em 1988 no Título VIII capítulo da Ordem Social. Conforme o Art. 208, o dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

No Art. 227, 2º “A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.”

Desde então nosso país vem reunindo esforços para assegurar o direito à educação de qualidade a todos os portadores de deficiência , preferencialmente em escolas regulares. Segundo LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) – Capítulo V – Da Educação Especial

Art. 58 Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os educandos portadores de necessidades especiais. 1º haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

No Art. 59 Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades.

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Partindo do princípio de “igualdade de oportunidade” e “educação para todos” é inegável que deve-se ampliar as oportunidades educacionais para uma grande parcela da população em que está inserido o acesso e permanência à escolarização aos alunos considerados portadores de necessidades especiais.

As escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade à todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades.

Em relação a inclusão, debater a educação inclusiva é hoje um fenômeno que requer posicionamento ideológico, em especial por, se tratar de uma ideologia importada de países

desenvolvidos, que representa um alinhamento ao modismo, pois não se tem lastro histórico na realidade brasileira que a sustente; não se pode negar que na perspectiva filosófica a inclusão é uma questão de valor, ou seja, é um imperativo moral, e nem questioná-la dentro da ética vigente nas sociedades ditas democráticas, onde não se pode descartar que a adoção de diretrizes baseadas na educação inclusiva pode ser a única estratégia política com potencial para garantir o avanço necessário na Educação Especial brasileira. (Oliveira, 2006).

As escolas regulares seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos(...) (UNESCO, 1994, s/p)

Gaio e Porto apud Marco (2006) dizem que refletir sobre inclusão é criar espaços educacionais abertos para todos os educando, onde há a valorização do convívio dos corpos diferentes, acreditando não somente no aprendizado dos conteúdos, mas na importância dos valores sociais e humanos.

Numa sociedade tão preconceituosa e discriminadora como a nossa, muitos pais de alunos ditos normais são contrários a esta inclusão Também alguns professores, coordenadores, diretores e funcionários, desinformados ou pouco esclarecidos, oferecem resistência a estas tentativas. Mas, mesmo assim, várias, e com muito êxito, têm sido as experiências de inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais nas classes e/ou escolas regulares. Precisamos ensinar à sociedade, de uma maneira geral, que as pessoas antes de possuírem necessidades educativas especiais são seres humanos capazes e dotados de inúmeras possibilidades, com um grande potencial a ser trabalhado. Nada justifica o seu isolamento do convívio com outras pessoas, seja dentro ou fora da escola. (Silva Neto, 2006 s/p)

Stainback (1999) afirma que acima de tudo o objetivo da inclusão não é o de apagar as diferenças, mas o de que todos os alunos pertençam a uma comunidade educacional que valide e valorize sua individualidade.

Educação física e educação física inclusiva

Em relação à Educação Física (EF), observa-se que a mesma tem evoluído desde o final do século XIX, onde passou a ser obrigatória nas escolas públicas. Nas décadas de 1930 a 1950 consistia de aulas corretivas para alunos que hoje seriam considerados normais.

Sherrill *apud* Winnick, (2004, p. 09) descreveu de forma sucinta a Educação Física deste período:

A indicação para a Educação Física se baseava em um exame completo realizado por um médico que determinava se o estudante devia participar do programa normal ou do corretivo. As aulas corretivas consistiam basicamente de atividades limitadas, restritas ou modificadas, relacionadas a problemas de saúde, postura ou aptidão física. Em muitas escolas, os alunos eram dispensados da Educação Física; em outras, o professor normalmente trabalhava em várias sessões diárias de Educação Física normal. Os líderes da Educação Física corretiva continuavam tendo sólida formação em medicina ou fisioterapia. As pessoas que se preparavam para ser professores de Educação Física geralmente faziam um curso universitário de Educação Física corretiva isso nas décadas de 1930 a 1950.

Para se atuar nas aulas de educação física o professor de educação física além de ter seu curso de graduação na área tinha que fazer mais outro curso na área de educação física corretiva para, no entanto trabalhar com os alunos que continham problema de saúde.

Porém, com o passar dos tempos, houve uma evolução na Educação Física no sentido de melhorar a prática pedagógica que supre as necessidades de pessoas com deficiências, especificadas com definições distintas para o mesmo termo a qual passou a ser denominada Educação Física Adaptada, que, conforme Winnick (2004, p. 04):

Tem o objetivo de suprir necessidades especiais de longo prazo (mais de trinta dias). As pessoas com necessidades especiais incluem os portadores das deficiências na Individuals with Disabilities Education Act (IDEA). De acordo com a IDEA, o termo criança portadora de deficiência designa a criança que necessita de Educação Especial e de serviços relacionados, por apresentar retardo mental, comprometimentos auditivos (inclusive surdez), comprometimentos de fala ou linguagem, comprometimentos visuais (inclusive cegueira), distúrbio emocional grave, comprometimentos ortopédicos, autismo, traumatismo crânio-encefálico, outros problemas de saúde, distúrbios de aprendizagem específicos, surdez-cegueira ou deficiências múltiplas.

A Educação Física (EF) como disciplina curricular não pode ficar indiferente ou Neutra face a este movimento de Educação Inclusiva. Fazendo parte integrante do

currículo oferecido pela escola, esta disciplina pode-se constituir como um adjuvante ou um obstáculo adicional a que a escola seja (ou se torne) mais inclusiva. O tema da educação inclusiva em Educação Física tem sido insuficientemente tratado no nosso país talvez devido ao fato de se considerar que a Educação Física não é essencial para o processo de inclusão social ou escolar. Este assunto quando é abordado, é considerado face a um conjunto de idéias feitas e de lugares comuns que não correspondem aos verdadeiros problemas sentidos. É como se houvesse uma dimensão de aparências e uma dimensão de constatações.

A Educação Física na escola se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo.

O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade de ensino nas escolas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão.

Conforme a educadora Mantoan (1995, p. 25) :

Incluir significa muito mais do que simplesmente colocar juntas crianças deficientes com crianças normais em uma sala de aula. trata se de uma mexida bem maior. implica em trazer de volta ao ensino regular todos aqueles que dele foram excluídos, ou seja, os alunos pobres, os com dificuldades ou distúrbios de aprendizagem, os repetentes eternos, os hiperativos, os que apresentam aqueles inexplicáveis problemas de comportamentos, aqueles que são deficientes mentais, mas não possuem diagnósticos claro, os cegos, os surdos, os deficientes físicos, os autistas, todos os portadores de quaisquer síndrome ou lesão.

E assim, a Educação Física faz parte de um processo de educação do ser humano, e, se bem trabalhada e administrada, poderá surtir efeitos benéficos para os praticantes, bem como para a sociedade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 85) citam que:

A Educação Física para alcançar todos os alunos deve tirar proveito dessas diferenças ao invés de configurá-las como desigualdades. A pluralidade de ações pedagógicas pressupõe que o que torna os alunos diferentes é justamente a capacidade de se expressarem de forma diferente.

Concordamos com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), quando ele diz que a Educação Física deve oportunizar à todos os alunos, independente de suas condições biopsicossociais, o desenvolvimento de suas potencialidades de forma democrática e não seletiva, visando o seu aprimoramento como seres humanos. Nesse sentido, cabe assinalar que os alunos com deficiência não podem ser privados das aulas de Educação Física

Na escola, os educandos com deficiência leve e moderada podem participar de atividades dentro do programa de Educação Física, com algumas adaptações e cuidados. A realização de atividades com crianças, principalmente aquelas que envolvem jogos, devem ter um caráter lúdico e favorecer situações onde a criança aprende a lidar com seus fracassos e seus êxitos. A variedade de atividades também prevê o esporte como um auxílio no aprimoramento da personalidade de pessoas portadoras de deficiência (BUENO e RESA, 1995). As crianças com algum nível de deficiência (auditiva, visual, física e mental) podem participar da maioria das atividades propostas.

A criança surda

Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja a audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva

Pimenta (2001, p. 24) autor surdo, diz que:

A surdez deve ser conhecida como apenas mais um aspecto das infinitas possibilidades da diversidade humana, pois ser surdo não é melhor ou pior do que ser ouvinte, é apenas diferente. Eu nasci surdo e, como só se perde aquilo que se tem, nunca perdi a audição, pois nunca a tive. Eu tenho direito de viver assim e o mundo tem o dever de aceitar minha diferença.

As características no deficiente auditivo estão claramente determinadas pela ausência total ou parcial da audição. “A surdez severa e a surdez profunda são as que mais devem prender nossa atenção. A surdez leve tem somente problemas de prótese, mas às vezes, muito difíceis de resolver. A surdez média corretamente aparelhada e acompanhada, responde

inteiramente ao princípio de uma via educativa normal”. (Cidade e Freitas apud Flafon, 1989: 11)

O primeiro contato com uma criança deficiente costuma causar espanto, pena, sendo bastante estranho e curioso, e com o tempo vamos aprendendo um meio de como comunicar com elas, e compreendendo o que querem dizer.

A língua, como um sistema de formas que remetem a uma norma, não passa de uma abstração, que só pode ser demonstrada no plano teórico e prático do ponto de vista do deciframento de uma língua e de seu ensino. (Goldfeld, 2002 p. 19).

Com a utilização da língua de sinais podemos nos comunicar com as pessoas com deficiência auditiva, uma vez que os mesmos saibam corresponder a linguagem de sinais, ou com a leitura dos lábios.

A criança surda na escola e nas aulas de educação física e suas relações com o professor.

Sacks (1990) conta que até o final do século XV os surdos eram considerados incapazes de ser ensinados; por isso eles não freqüentavam escolas. As pessoas surdas, principalmente as que não falavam, eram excluídas da sociedade, sendo proibidas de casar, possuir ou herdar bens e viver como as demais pessoas. Assim, privadas de seus direitos básicos, ficavam com a própria sobrevivência comprometida.

No passado as pessoas deficientes como os surdos eram considerados excluídos de ensinamento, por motivo de comunicação com os educandos e com os educadores, sendo isolados tanto da escola como da sociedade.

O educador deve ter cuidado especial na escolha adequada da metodologia de ensino, bem como material utilizado e sua aplicação com diferentes alunos e situações, e também saber utilizar a língua de sinais ou ter auxílio de um intérprete em sala.

A integração de portadores de necessidades especiais na sala regular necessita de trabalho do professor, não podemos incorrer no erro de exigir deste profissional e da instituição escolar o conhecimento especializado em toda a gama de diferenças...mas necessita de supervisão desses profissionais

em diferentes intensidades, de acordo com cada caso e da experiência de cada instituição...(Omote, 2004, p. 93)

Segundo Bueno e Resa apud Cidade e Freitas (1997), o planejamento de atividades com portadores de deficiência auditiva deve considerar: a posição do educador no momento das instruções; a clareza das explicações; a utilização de sinais visuais; adequação do número de participantes nas atividades em grupo e utilização de recursos materiais para enriquecer a aula.

Ao ministrar a aula o educador ou professor deve ficar de frente para o aluno, para que o mesmo possa acompanhar o entendimento do conteúdo e não ficar mudando a regras das atividades, procurando utilizar os meios mais eficientes para uma comunicação.

Segundo Ferreira (1994) para um melhor relacionamento entre o educador e o educando, deficiente auditivo, deve considerar as limitações, informar-se sobre a causa e gravidade das lesões , se for necessário, deve-se procurar ajuda da família ou de outros profissionais envolvidos com o deficiente.

A seguir iremos falar sobre a descrição e análise dos dados feitos com professores e alunos das escolas da rede estadual.

Os Direitos e o Papel dos Pais

Agora vamos falar um pouco sobre os pais dos alunos com deficiência e sua atitude perante aos seus filhos deficientes.

Existem várias leis que tratam dos direitos das crianças deficientes e de seus pais, entre os quais se incluem os direitos de confidencialidade dos registros e informações, o direito ao acesso aos registros escolares, o direito ao devido processo da lei e o direito à educação pública gratuita. Nos termos do envolvimento dos pais no processo educativo, a Lei de Educação de todas as Crianças Deficientes (Lei 94 – 142), promulgada em 1975 e implementada na totalidade em 1980, foi sem dúvida a mais significativa. Ela garante o acesso à educação gratuita e apropriada a todas as crianças deficientes e inclui os seguintes aspectos:

- 1 . O direito ao devido processo da lei – Foram determinadas garantias processuais a fim de assegurar o direito às provisões da lei no que se refere à classificação e nivelamento nas escolas. Os pais têm garantido o acesso aos registros escolares da criança. Eles têm também a garantia a avaliações

independentes sobre o filho. 2 . Proteção contra testes discriminatórios durante a avaliação – Essa garantia assegura que o teste de nivelamento não será realizado com base em um único instrumento psicométrico e exige que os testes sejam administrados na língua nativa da criança. 3 . Ambiente educacional menos restritivo – Essa provisão afirma que as crianças devem ser educadas em ambientes o mais semelhantes possível aqueles em que crianças não-deficientes são educadas. Destina-se a proteger a criança dos pressupostos efeitos nocivos da segregação. 4 . Programas educacionais individualizados – Os educadores devem preparar uma descrição por escrito do programa destinado a cada criança, a fim de que possa ser feito um controle. Esses programas devem especificar: os objetivos, os serviços a serem prestados, as etapas do programa e os critérios usados para determinar a sua eficácia. (Macmillan apud Buscaglia, 2006 p. 345)

Segundo o autor os pais tem todo o direito de ter seu filho deficiente estudando em escolas públicas regulares com o acesso a todos os registros de seus filhos e a ficha de acompanhamento, e os professores que ensinarão essas crianças com deficiência devem preparar por escrito um programa destinado a cada criança.

Os pais e a criança deficiente devem ser o centro da equipe, pois, independentemente do quão inteligentes, observadores e capazes sejam os profissionais, estes nunca terão tanta familiaridade com a criança quanto os pais. São estes que serão capazes de recordar e relatar os primeiros sinais de desvios, os meses de sofrimento, o padrão de crescimento e desenvolvimento. Eles conhecerão o desempenho atual da criança mais do que qualquer outra pessoa – os hábitos de comer, dormir e brincar. Poderão dizer que o que a criança pode ou não fazer e o que ela parece fazer. Naturalmente, alguns pais não saberão tudo que se “espera que saibam”, mas todavia saberão mais do que ninguém (Russell apud Buscaglia, 2006 p. 282)

De acordo com o autor Russell entende se que os pais tem bastante importância na vida de seus filhos, pois eles os acompanham todo o momento de sua vida, enquanto na escola, os profissionais mesmos sendo observadores e inteligentes nunca terão tanta familiaridade com a criança quanto aos pais.

Nenhuma criança excepcional deveria jamais ser colocada em uma sala de aula, e nenhum professor que seja de fato profissional deveria aceitá-la, sem que seu problema específico e sua natureza sejam explicados com detalhes para o professor, o qual deve ter total acesso às fichas de tratamento e a qualquer membro da equipe que possa responder às suas perguntas. Deve haver tempo para planejar e organizar um programa individualizado, corretivo e prescritivo antes que a criança seja admitida na turma. Essa condição é essencial para uma perfeita adaptação entre o professor, a criança e os outros integrantes da turma. (Russel apud Buscaglia, 1993 p. 284).

Seguindo o mesmo raciocínio do autor podemos dizer que nenhum professor pode aceitar um aluno com deficiência na escola sem saber o diagnóstico de sua saúde, devendo planejar e organizar bem suas aulas de forma a realiza - lá individualmente.

Podemos concluir então que para se incluir crianças com deficiência auditiva no ensino regular, deve-se pensar em uma preparação para os profissionais que irão estar envolvidos nesse processo, principalmente o educador que irá atuar diretamente com essas crianças, desta forma, o desenvolvimento de seus conhecimentos e habilidades facilitarão a sua prática pedagógica na identificação precoce, avaliação e estimulação dessas crianças desde a pré-escola, com o auxílio de um programa assistencial infantil que atendesse a criança, no sentido de promover o desenvolvimento físico, intelectual, social e a prontidão para a escolarização. E os pais também deverão ter uma grande participação na vida escolar de seus filhos repassando para os professores todo o contexto sobre a vida de seus filhos. Contudo é necessária a intervenção de profissionais especializados no processo pedagógico, pelo fato do mesmo ter experiência e fundamentações teóricas que irão facilitar o trabalho pedagógico tornando-o mais eficaz.

Descrição e análise dos dados

Aqui relataremos os resultados referentes aos questionários aplicados com os professores e alunos nas Escolas Estaduais da cidade de Quirinópolis.

Para que pudéssemos verificar e analisar melhor as principais atividades didático - pedagógicas os relacionamentos existentes entre escola e alunos, entre alunos e professores, foram elaborados dois questionários, o primeiro aplicado a três professores, o segundo aos quatro alunos. Os questionários foram elaborados após a visita na Subsecretária de Educação de Quirinópolis, onde obtivemos a quantidade de alunos com deficiência auditiva inseridos na rede estadual e quais escolas estes alunos frequentam. Logo após o questionário foi encaminhado a professores e alunos dessas escolas, as respostas e conclusões vão ser apresentadas a seguir.

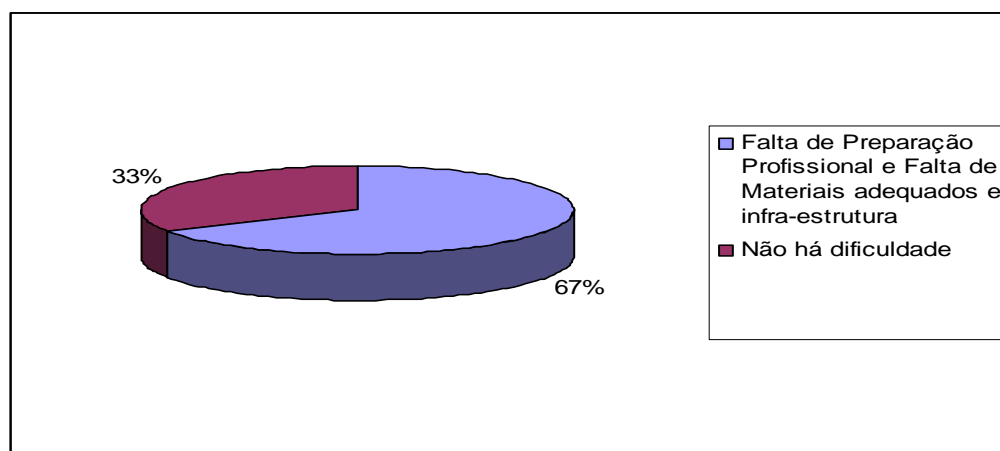
A pesquisa de campo foi realizada em três escolas as quais classificamos em “A”, “B” e “C” sendo duas de ensino fundamental e uma de ensino médio com o total de quatro alunos que chamaremos de 1, 2, 3 e 4 sendo o aluno 1 da escola “A” o aluno 2 da escola “B” e os 3 e 4 da escola “C”, foram entrevistados três professores de Educação Física que

classificamos de “X”, “Y” e “Z” sendo o professor “X” da escola “A” o “Y” da escola “B” e “Z” da escola “C”.

Foram realizados as seguintes perguntas aos professores das escolas: Como tem sido a metodologia de ensino em uma turma de série de ensino regular que contém alunos com deficiência auditiva?

Todos os três professores responderam que não tem dificuldade em trabalhar com alunos que possuem deficiência auditiva desde que a intérprete esteja com eles todos concordam que o intérprete tem muita importância, pois com a ajuda do mesmo se torna fácil a mediação do conteúdo. Percebemos então que a Educação Física assim como cita Bueno e Resa onde ressalta que o planejamento de atividades com alunos com deficiência auditiva deve considerar: a posição do educador no momento das instruções; a clareza das explicações; a utilização de sinais visuais; adequação do número de participantes nas atividades em grupo e utilização de recursos materiais para enriquecer a aula.

Gráfico 1 – Dificuldades encontradas para ensinar essas crianças



Fonte: Formulação dos Autores (2010)

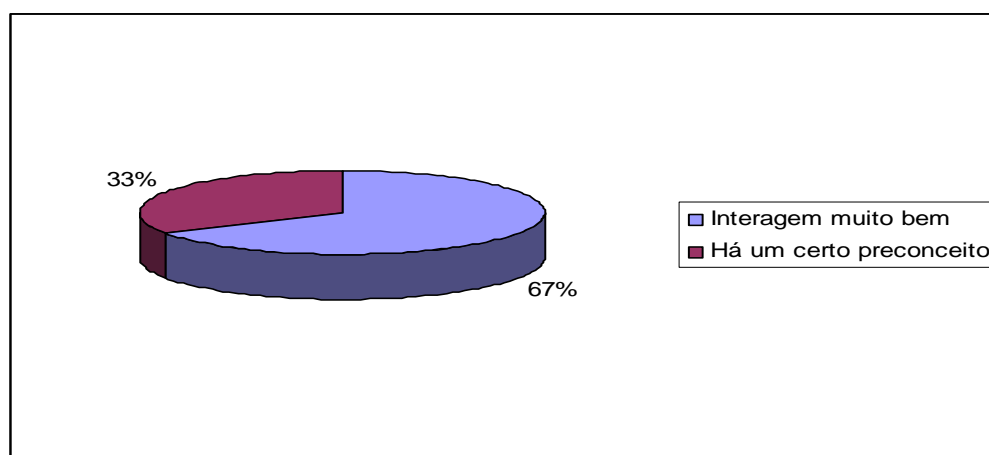
Corresponde a resposta do gráfico que 67% dos professores sentem falta de preparação profissional, falta de materiais adequados e falta de infra-estrutura nas escolas. Já 33% dos professores dizem que não há dificuldade, pois a aluna com deficiência auditiva é muito esperta e interessada.

Com relação a esta resposta percebemos um despreparo e até pré conceito pois não precisa de estrutura física para ensinar alunos surdos apenas de material humano no caso do intérprete. Seguindo o mesmo raciocínio do autor Omote (2004 p.93) o que relata que a

formação do professor não o prepara para a diversidade, não lhe oferece possibilidades técnicas de fugir do trabalho coletivo; ao mesmo tempo, os que o cercam lhe cobram resultados.

Em relação a pergunta sobre a formação dos professores eles responderam que a mesma não atende as necessidades exigidas na prática docente no que se refere a crianças com deficiência auditiva disseram ainda que se sentem despreparados para lidar com esses alunos e não possuem qualificação adequada para repassar conhecimento para esses alunos.

Gráfico 2 – Como é a relação entre os alunos não deficientes e alunos com deficiência auditiva



Fonte: Formulação dos Autores (2010)

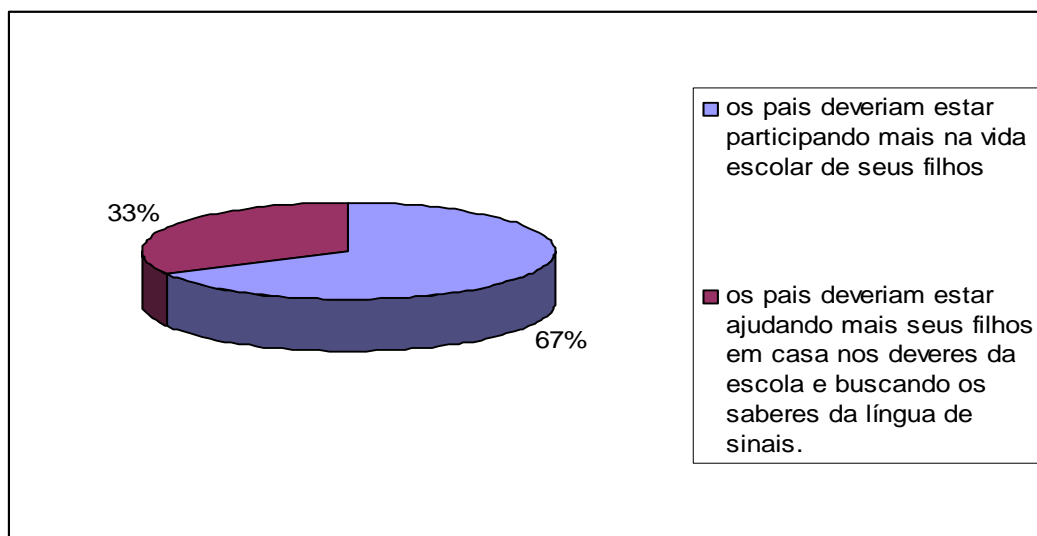
Relacionado ao gráfico nota-se que 67% dos professores responderam que esses alunos interagem muito bem com os outros alunos não deficientes e que a relação deles é de afeto e respeito. E que 33% dos professores dizem que há um certo preconceito em relação à integração desse aluno em relação a grupos de trabalhos em sala de aula.

Outra pergunta feita aos professores: Qual a importância do intérprete para esses alunos com deficiência auditiva? E como esses alunos reagem na presença desse intérprete?

Os três professores responderam que o intérprete é de muita importância e que a relação deles com os alunos é de amizade, e com o auxílio deles (intérprete) os alunos têm um grande interesse de aprender o conteúdo.

Na relação no que diz os professores eles concordam com os autores Bueno e Resa apud Cidade e Freitas (1997), quando diz que os professores devem ter noções e clareza nas explicações, a posição do educador no momento das instruções; a utilização de sinais visuais; adequação do número de participantes nas atividades em grupo e utilização de recursos materiais para enriquecer a aula.

Gráfico 3 – Como os pais poderiam estar ajudando a escola na adaptação desses alunos com deficiência auditiva



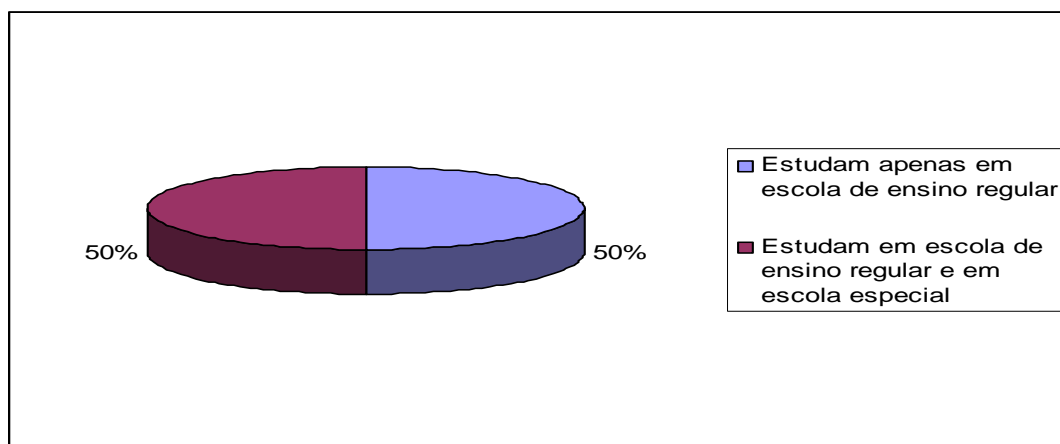
Fonte: Formulação dos Autores(2010)

Corresponde ao gráfico que 67% dos professores comentaram que os pais deveriam estar participando mais na vida escolar de seus filhos, já 33% dos professores comentou que os pais deveriam estar ajudando mais seus filhos em casa nos deveres da escola e buscando os saberes da língua de sinais.

Na relação do que diz os professores concordamos com o autor Macmillan apud Buscaglia (1993) quando diz que os pais têm garantido o acesso aos registros escolares da criança. Eles têm também a garantia a avaliações independentes sobre o filho, as crianças devem ser educadas em ambientes o mais semelhantes possível aqueles em que crianças não-deficientes são educadas. Destina-se a proteger a criança dos pressupostos efeitos nocivos da segregação.

Agora as perguntas que foram realizadas aos alunos com deficiência auditiva.

Gráfico 4 – Estudam apenas em escola de ensino regular ou estudam em alguma escola especial

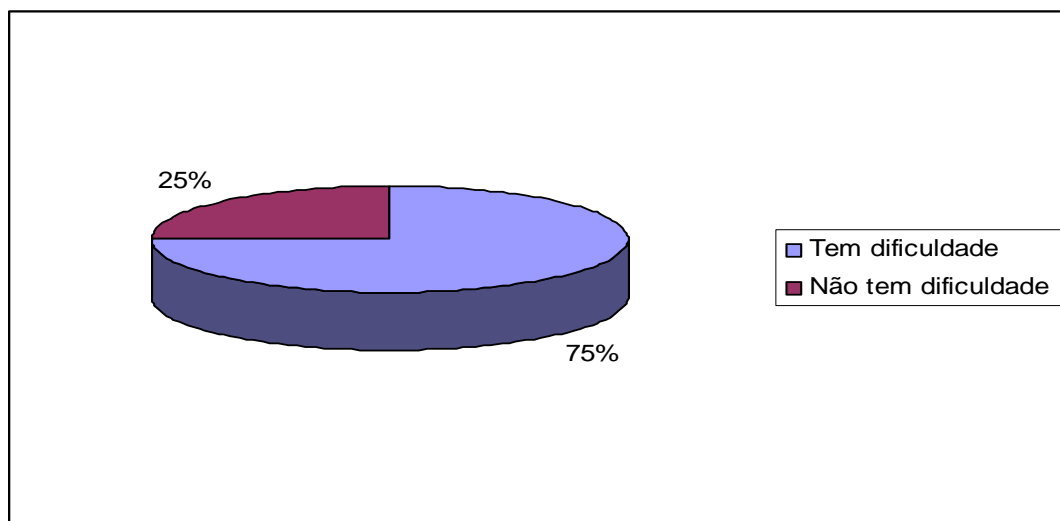


Fonte: Formulação dos Autores (2010)

Corresponde o gráfico 50% sendo o aluno 1 da escola “A” e 2 da escola “B” responderam que estuda apenas na escola de ensino regular. Já 50% dos alunos sendo os alunos 3 e 4 da escola “C” responderam que estudam em escola de ensino regular e também freqüentam a escola especial Alfredo Maria.

Com relação às respostas do alunos 3 e 4 nos recorreremos a Mazzotta (2003) quando diz que a escola especial é de extrema importância para os alunos portadores de necessidades especiais, pois, elas oferecem atendimento especializado, diferente de escolas regulares, que, na maioria dos casos, não tem nada a oferecer à essas pessoas "diferentes", que necessitam de estímulos diferentes e adaptações, podendo pontuar também que na escola de educação especial eles tem uma atenção maior pois estão lhe dando com alunos especiais, nesse sentido concordamos com o autor quando diz que a escola especial tem uma maior atenção com os alunos especiais, pois a escola concede uma assistência para esses alunos.

Gráfico 5 – Você tem alguma dificuldade para desempenhar as atividades que a professora ensina.



Fonte: Formulação dos Autores (2010)

Correspondem ao gráfico que 75% dos alunos com deficiência auditiva disseram que tem dificuldade em desempenhar as atividades, e que 25% dos alunos disse que não tem dificuldade.

Aqui percebemos que apenas um aluno não possui dificuldade em desempenhar as atividades. No entanto, observamos certa contradição nesta fala, se comparada com a fala do professor da escola “Z”, ambos da mesma escola, o qual argumentou que as dificuldades encontradas são a falta de materiais adequados, e de infra estrutura nas escolas.

Outra pergunta relacionada aos alunos: Como é sua relação com os alunos não deficientes na escola de ensino regular?

O aluno 1 da escola “A” respondeu que é brincando e conversando. O aluno 2 da escola “B” respondeu que é bom porque com amigos tem se um bom diálogo. O aluno 3 da escola “C” respondeu que me interajo muito bem com meus colegas e todos gostam de mim. O aluno 4 da escola “C” respondeu que a relação com os alunos não deficientes é normal, todos me conhecem e eu sou muito feliz com meus colegas.

A última pergunta relacionada aos alunos: Como seus pais poderiam estar ajudando a escola na sua adaptação?

O aluno 1 da escola “A” respondeu que seus pais poderiam estar ajudando na sua adaptação normal, conversando. O aluno 2 da escola “B” respondeu que em casa minha mãe

ajuda estudar e brinca comigo. O aluno 3 da escola “C” respondeu que os pais poderiam estar ajudando a escola na sua adaptação em correr atrás de um aparelho auditivo para mim, e comparecer mais na escola. O aluno 4 da escola “C” respondeu que meus pais deveriam dar mais apoio para os professores, comparecendo com frequência na escola, porque assim vão me ajudar ao incentivo mais ainda.

Seguindo a mesma linha de pensamento dos autores Cidade e Freitas (1997) onde relata que a Educação Física na escola se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas potencialidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo. O Programa de Educação Física quando adaptada ao aluno portador de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo podemos concluir que para se incluir a criança com deficiência auditiva nas Escolas Estaduais de Quirinópolis, precisa-se de algumas modificações em termos de qualificação dos profissionais, principalmente o educador que estará diretamente com essas crianças, com a ajuda do intérprete e utilização da linguagem de libras os professores poderão ter mais facilidade para repassar o conteúdo, sendo que o intérprete tem bastante importância na aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva, desta forma, o desenvolvimento de seus conhecimentos e habilidades facilitarão a sua prática pedagógica na identificação precoce, avaliação e estimulação dessas crianças desde a pré-escola, com o auxílio de um programa assistencial infantil que atendesse a criança, no sentido de promover o desenvolvimento físico, intelectual, social e a prontidão para a escolarização e modificação nos currículos para que os mesmos possam ser incluídos na rede regular de ensino, enfatizando deverá ter o acompanhamento do intérprete durante o seu turno de ensino-aprendizagem na escola.

Assim percebemos que mesmo de forma lenta o aluno com deficiência auditiva está sendo inserido no meio escolar e principalmente aceito. Porém é preciso que haja uma série de mudanças tanto no que se refere a cumprimento de leis e normas já existentes, como na própria prática pedagógica do professor na escola, não é só papel do professor mas é através dele que as mudanças podem acontecer, e buscando entender de que forma esses educadores e

principalmente o profissional de Educação Física tem atuado na Escola para que esses alunos possam de fato ter seus direitos de crianças, cidadãos na sociedade escolar.

Sabemos também que nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno com uma deficiência auditiva e por vários motivos, entre eles, porque os professores não se sentem preparados para atender adequadamente as necessidades daqueles alunos e porque os mesmos que não têm deficiência não foram preparados sobre como aceitar ou brincar com os colegas com deficiência.

Aqui concordamos com alguns autores onde falam que os professores devem passar por algumas preparações, pois os mesmos se sentem despreparados para lidar com os alunos, ao mesmo tempo sabendo como incluí-los nas aulas com intuito de participarem de todas as atividades.

Os pais também deverão ter uma grande participação na vida escolar de seus filhos repassando para os professores todo o contexto sobre a vida de seus filhos para que os mesmos possam orientar esses alunos tendo uma atenção suficiente para que os mesmos possam acompanhar a turma de ensino regular. Contudo é necessário a intervenção de profissionais especializados no processo pedagógico, pelo fato do mesmo ter experiência e fundamentações teóricas que irão facilitar o trabalho pedagógico tornando-o mais eficaz.

REFERÊNCIAS

MEC. A Educação Especial no Contexto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Brasília: MEC/SEF, 1997

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

BUENO, S. T.; RESA, J.A.Z. Educacion Fisica para niños y niñas con necesidades educativas especiales. Malaga : Ediciones Aljibe, 1995.

BUSCAGLIA, Leo F. Os deficientes e seus pais: um desafio ao aconselhamento. Trad. Raquel Mendes. 5º ed- Rio de Janeiro: Record, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39 e 40.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394) de 20/12/1996

DUARTE, E.; WERNER, T. **Conhecendo um pouco mais sobre as deficiências.** In: **Curso de atividade física e desportiva para pessoas portadoras de deficiência:** educação à distância. Rio de Janeiro: ABT: UGF, 1995, v. 3.

DUARTE, E; LIMA, S. T. **Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

FREITAS, P. S. de; CIDADE, R. E.A. **Noções Sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de Deficiência:** Uma Abordagem para professores de 1º e 2º graus. Uberlândia, Gráfica Breda, 1997.

GAIO, Roberto; PORTO, ELINE in MARCO, Ademir De et al. **Educação Física: cultura e sociedade.** Cap. Educação física e pedagogia do movimento: possibilidades do corpo em diálogo com as diferenças. Campinas, SP: Papirus, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIAS (Estado). **Lei Federal 8.069/1990. Estatuto da criança e do adolescente.** Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Apoio financeiro: CONVÊNIO FUNCAD – Ministério da Justiça / Secretaria dos Direitos da Cidadania. Goiânia – 1997.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda:** linguagem e cognição numa perceptiva sociointeracionista. 2º ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

GORGATTI, M. G; COSTA, R.F. **Atividade Física Adaptada.** Barueri - Sp: Manole, 2005.

GORLA, J. I. **Educação Física Especial:** Testes. Rolândia-Pr: Physical-Fisio, 1997.

LACERDA, C. B. F. de – **A criança surda e a língua de sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes.** Relatório Final FAPESP. Proc. nº 98/02861-1, 2000.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais.** Rio de Janeiro, 3ª ed. Record: Nova Era, 1993

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Ser ou Estar, Eis a Questão:** Explicando o déficit Intelectual. RJ: WVA, 1997.

MANTOAN. M. T. E. **A Integração de Pessoas com Deficiência:** Contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil:** História e Políticas Públicas. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MENDES, E.G. **A Educação Inclusiva e a Universidade Brasileira.** Disponível em <http://www.ines.org.br/paginas/revista/espaco18/Debate01.pdf>. Acessado em 29 de Maio de 2006.

OLIVEIRA, F. F. **Dialogando Sobre Educação, Educação Física e Inclusão Escolar.** Disponível em <http://www.efdeportes.com/efd51/educa1.htm>. Acessado em 08 de setembro de 2010.

OMOTE, Sadão. **Inclusão: Intenção e Realidade.** Marília: Fundepe, 2004.

PEDRINELLI, V. J. **Educação Física Adaptada:** conceituação e terminologia. In: Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: MEC; SEDES; SESI-DN, 1994.

PIMENTA, Selma Garrido. **Professor reflexivo – gênese e crítica de um conceito.** SP: Cortez Editora, 2003.

RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos.** São Paulo: Companhia de Letras, 1998.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima. **Ensino da Língua Portuguesa para Surdos: Caminhos para a Prática Pedagógica.** MEC, SEESP, 2004.

SILVA, Lázara Cristina da. **A surdez: descortinando as práticas pedagógicas.** In: DECHICHI, Claudia, SILVA, Lazara Cristina da e colaboradores. **Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade.** Uberlândia: EDUFU, 2008.

SILVA NETO, Arthur Moreira. **Educação Especial Inclusiva.** 24/08/2006. Disponível Em <<http://www.webartigos.com/articles/199/1/Educacao-Especial-Inclusiva/pagina1.html#ixzz0wnhuJ200>> Acessado em 08/09/2010.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A Educação do Surdo no Brasil.** Campinas, SP: autores; Bragança paulista, SP: EDUSF, 1999.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: Um guia para educadores.** Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: ARTIMED, 1999. 451p

UNESCO (1994) **Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área**

WINNICK. J.P. **Educação Física e Esportes Adaptados.** 3 ed. Barueri - SP: Manole, 2004

